



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ***BRASILRUGBY2022***

PAIXÃO
RESPEITO
DISCIPLINA
INTEGRIDADE
SOLIDARIEDADE

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE RUGBY

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

COM RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	3
Balancos patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos: Administradores e Conselheiros da Confederação Brasileira de Rugby - CBRU São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Confederação Brasileira de Rugby - CBRU (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do superávit, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Rugby - CBRU (“Entidade”), em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para pequenas e médias empresas do terceiro setor.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Patrimônio social negativo

Conforme mencionado na nota explicativa nº 25, a Administração vem buscando alternativas para incrementar suas receitas e reduzir seus custos operacionais de forma a equilibrar a situação de patrimônio social negativo da Entidade. Adicionalmente, conforme citado na nota explicativa nº. 11, a Entidade recebeu aportes de Partes relacionadas para ajudar durante o período da pandemia. As demonstrações financeiras do exercício de 2022 foram elaboradas de acordo com o pressuposto de continuidade da entidade. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2021, cujos saldos são apresentados para fins comparativos, foram auditados por outro auditor, o qual emitiu o relatório datado em 22 de abril de 2022, sem ressalva sobre essas demonstrações financeiras, e com a seguinte ênfase: (i) Patrimônio social negativo.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos

de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de abril de 2023.



André José Valério
Contador CRC 1SP-244.101/0-5

ECOVIS WFA Auditores Independentes S/S
CRC 2SP-043.111/0-9

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE RUGBY - CBRU
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Ativo			
Circulante	Nota explicativa	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	3	711	2.038
Recursos de convênios a apropriar	4	9.344	9.535
Despesas antecipadas	5	98	202
Outros Créditos	5	16	-
Estoque em poder terceiros	6	1	1
		10.170	11.776
Não circulante			
Imobilizado	7a	253	209
Intangível	7b	1	14
		254	223
TOTAL DO ATIVO		10.424	11.999

Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	Nota explicativa	2022	2021
Fornecedores	8	515	974
Obrigações trabalhistas		535	1.145
Obrigações tributárias	10	74	59
Recursos de convênios a aplicar	12	9.344	9.535
Receitas antecipadas a realizar			
Recursos internacionais	14	121	278
		10.589	11.991
Não Circulante			
Obrigações trabalhistas	9	-	96
Provisões de contingências	13	38	38
Partes relacionadas	11	1.255	1.442
		1.293	1.576
Patrimônio (social) líquido			
Déficit acumulado	15	(1.458)	(1.568)
		(1.458)	(1.568)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LIQUIDO		10.424	11.999

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	Nota explicativa	2022	2021
Receitas Nacionais			
Comitê Olímpico do Brasil - COB		5.419	3.629
Lei de Incentivo ao Esporte - LIE		4.817	2.066
Patrocínios de terceiros		2.065	3.122
Patrocínio LIE Municipal		175	-
Inscrição de torneios		172	31
Patrocínios de parte relacionadas		132	210
Convênio Municipal		100	-
Direito de imagem		56	-
Outras Receitas		19	-
Inscrição de cursos/palestras		10	25
		12.965	9.083
Receitas estrangeiras			
World Rugby Tournaments		3.623	5.275
		16.587	14.358
(=) RECEITA LÍQUIDA	16	16.587	14.358
Trabalhos voluntários			
Receita com trabalhos voluntários	23	145	113
Despesa com trabalhos voluntários	23	(145)	(113)
		-	-
(-) Custos diretos com eventos e campeonatos	17	(15.543)	(11.600)
(=) Superavit bruto		1.044	2.758
Despesas gerais e administrativas	18	(1.134)	(1.384)
Reversão de Despesas	19	-	96
Outras receitas e despesas	19	-	(234)
(=) Superavit (déficit) antes do resultado financeiro		(90)	1.236
Despesas financeiras		(201)	(113)
Receitas financeiras		401	247
(=) Superavit financeiro líquido	20	200	134
(=) Superavit do exercício		110	1.370
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		110	1.370

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	Patrimônio social	Superavit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(2.938)	-	(2.938)
Superavit do exercício	-	1.370	1.370
Transferência do superavit	1.370	(1.370)	-
	€1,00		€1,00
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(1.568)	-	(1.568)
Superavit do exercício	-	110	110
Transferência do superavit	110	(110)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(1.458)	-	(1.458)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	2022	2021
Superavit do exercício	110	1.370
Total do resultado abrangente do exercício	110	1.370

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



	2022	2021
(=) Superavit do exercício	110	1.370
Ajustes que não afetam caixa:		
Depreciação e Amortização	48	58
Provisão de Impairment	-	270
Provisão de Contingência	-	101
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo:		
Recursos convênios	191	(2.189)
Estoque em poder de terceiros	-	(1)
Outros créditos	104	(3)
Despesas antecipadas	(16)	15
Clientes	-	11
Fornecedores	(459)	(239)
Obrigações trabalhistas	(707)	778
Obrigações tributárias	15	58
Patrocínio	-	(1.368)
Recursos internacionais	(157)	(1.082)
Recursos de Convênios a aplicar	(191)	2.406
Provisões de contingências	-	(950)
Caixa consumido nas atividades operacionais	(1.062)	(765)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de bens do imobilizado	(78)	(183)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(78)	(183)
Atividades de financiamentos		
Empréstimos de partes relacionadas	(187)	759
(=) Caixa consumido das partes terceiros	(265)	576
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.327)	(189)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.038	2.227
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	711	2.038
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(1.327)	(189)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira)

1. Contexto operacional

A Confederação Brasileira de Rugby (“CBRu” ou “Entidade”), sucessora da Associação Brasileira de Rugby, é uma associação de fins não lucrativos, fundada em 20 de dezembro de 1970, com prazo indeterminado de duração e com caráter desportivo. A CBRu é o órgão responsável pelo Alto Rendimento, Torneios e Eventos, Desenvolvimento e Disseminação do Rugby no Brasil. Sua finalidade é desenvolver o esporte no Brasil em conjunto com as federações regionais, bem como regulamentar e supervisionar o desempenho das seguintes federações e entidades filiadas diretamente à CBRu:

1. **São Paulo:** Federação Paulista de Rugby;
2. **Rio de Janeiro:** Federação Fluminense de Rugby;
3. **Minas Gerais:** Federação Mineira de Rugby;
4. **Paraná:** Federação Paranaense de Rugby;
5. **Santa Catarina:** Federação Catarinense de Rugby;
6. **Rio Grande do Sul:** Federação Gaúcha de Rugby;
7. **Bahia:** Federação de Rugby da Bahia.

Constitui entidade nacional de Administração do desporto, constituída pelas entidades filiadas de administração do Rugby, que, no território brasileiro, dirijam ou venham a dirigir de fato e de direito a modalidade de Rugby.

Possui personalidade jurídica e patrimônios próprios e distintos das entidades a ela direta ou indiretamente filiadas, não se estabelecendo entre estas quaisquer relações de responsabilidade solidária ou subsidiária, ressaltando-se que o “CBRu” não responde pelos atos ou omissões de quaisquer de suas filiadas diretas ou indiretas.

A entidade, nos termos do Inciso I do artigo 217 da Constituição Federal, goza de autonomia administrativa quanto à sua organização e funcionamento.

Conforme Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada no dia 31 de outubro de 2020, foi eleito como presidente do Conselho de Administração (CA), para o período de 01/01/2021 até 31/12/2024, o Sr. Martin Andres Jaco; assim como, a composição dos demais membros do conselho. Foram nomeados novos membros integrantes e retirando do Conselho em ata do CA de 12 de dezembro de 2022.

A entidade é filiada às entidades internacionais: World Rugby (“WR”) e Sudamerica Rugby (“SAR”).

A CBRu conta com o apoio técnico-financeiro por meio de Convênios, Termos de Fomento e Lei de Incentivos regidos pelas seguintes entidades:

- a. Ministério do Esporte: ocorre por meio da Lei de Incentivo ao Esporte (Lei no 11.438/06). As empresas tributadas no regime do lucro real e as Pessoas Físicas que fazem declaração do IR no modelo completo, que desejam patrocinar o rugby, podem utilizar o incentivo fiscal proporcionado da referida lei. As captações de patrocínios somente podem ser efetuadas após a aprovação formal da SEE. As prestações de contas são apresentadas ao final da execução de cada projeto aprovado;
- b. A Secretaria Estadual do Lazer e Juventude do Estado de São Paulo (SELJ): por meio da Lei Paulista de Incentivo ao Esporte (Lei Estadual nº 13.918/09), possibilita à iniciativa privada apoiar projetos esportivos através de patrocínios provenientes de renúncia de ICMS por parte do Estado.
- c. O Município de São José dos Campos, através da Secretária de Esporte e Qualidade de Vida, com base na Lei Federal 13.019/2014, artigo 16, fornece subsídios para implantação de um núcleo esportivo de alto rendimento de nossa modalidade.

- d. Comitê Olímpico do Brasil: ocorre por meio da Lei 9.615/98 (Lei Agnelo/Piva). Esta lei estabelece que 2% da arrecadação bruta de todas as loterias federais do País sejam repassados ao Comitê Olímpico do Brasil (COB) e ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Em agosto de 2001, o COB criou o “Fundo Olímpico”, a partir do qual as verbas oriundas da Lei Agnelo Piva são repassadas às Confederações Brasileiras Olímpicas conforme rigorosos critérios técnicos. Os recursos só poderão ser utilizados para os seguintes propósitos:
- i. Fomento da Modalidade;
 - ii. Desenvolvimento e Manutenção da Entidade;
 - iii. Formação de recursos humanos;
 - iv. Participação e/ou organização de eventos esportivos;
 - v. Preparação técnica / CT – Centro de Treinamento;
 - vi. Manutenção de Locomoção de Atleta | Auxílio ao Atleta.

Para obtenção de apoio técnico-financeiro das entidades acima referidas, todos os projetos desenvolvidos pela Entidade são submetidos formalmente à estas entidades para a aprovação e execução. Após o término de execução dos projetos, a CBRu submete as prestações de contas de cada um dos projetos para aprovação do respectivo objeto, e financeiramente.

Nos casos em que os recursos advindos de projetos incentivados via LIE Federal foram utilizados de forma parcial, ou mesmo, no caso de não utilização dos recursos depositados, na ocasião das prestações de contas, os recursos recebidos são devolvidos aos respectivos órgãos públicos.

Nos casos dos recursos oriundos do Ministério do Esporte e da “SELJ”, é possível solicitar a transferência do saldo remanescente dos projetos já executados para outros projetos em captação, desde que este não tenha sido remanejado anteriormente.

1.1. Aspectos Fiscais

- i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Em 10 de dezembro de 1997 foi sancionada a Lei no 9.532, cujos principais aspectos de interesse da Entidade estão apresentados a seguir:

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais tiverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinem, sem fins lucrativos.

A referida isenção aplica-se, exclusivamente, em relação ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), não estando abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

As instituições isentas estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- Aplicar, integralmente, seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais;
- Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a

seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir com as obrigações acessórias decorrentes;

- Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda as condições de isenção, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público

Considera-se entidade sem fins lucrativos a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso apresente em determinado exercício, o destine integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Tal imunidade estabelecida à CBRu está destacada na nota 2.11

ii. **Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS**

- iii. A CBRu, em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03;

2. **Resumo das principais práticas contábeis**

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 03 de abril de 2023.

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Administração da CBRu, sendo de sua responsabilidade; e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Como se trata de entidade sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 R1 – Instituto sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução nº 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 R1 – Instituto sem finalidade de lucros.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas disposições contidas na ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 2015/ITG2002(R1), de 2 de setembro de 2015, e em observância aos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.1. **Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas em Real, que é a sua moeda funcional.

2.2. **Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, as quais estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros registrados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.3. Ativos financeiros

2.2.1. Classificação e mensuração

A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Entidade compreendem o “Caixa e equivalentes de caixa”, “Aplicações/ financeiras”, “Caixa restrito” e “Outros ativos”.

2.4. Patrocínios, contribuições e doações

Os recursos livres recebidos de patrocínios e doações de empresas e pessoas físicas particulares, são apropriados e reconhecidos no resultado por não haver vínculo com projetos específicos. Porém, quando existe a destinação específica de projetos, são tratados como recursos vinculados.

Os recursos vinculados, recebidos para desenvolvimento de projetos, custeados por verbas de incentivos fiscais através da “SEE” (Ministério da Cidadania), Secretaria municipais e da “SELJ” (Secretaria Estadual do Lazer e Juventude, Governo de São Paulo) são registrados em rubricas de ativos e passivos. Não resultam em aumento ou redução do Patrimônio Social da CBRu e migram na mesma proporção das despesas específicas para o resultado, à medida que os gastos são incorridos, não gerando déficit ou superávit.

2.5. Outros ativos e passivos

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor de recuperabilidade, quando aplicável. As demais obrigações de passivos são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.6. Imobilizado

O imobilizado, composto de computadores e periféricos, equipamentos esportivos, dentre outros, é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, con-

forme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens e os respectivos valores residuais.

2.7. Intangível

Refere-se a licenças adquiridas de programas de computador e contratos de arrendamento de equipamentos, capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

2.8. Contas a pagar

Tratam-se das obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas para ações presentes (legal ou constituídas) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

2.10. Obrigações trabalhistas

Contempla as obrigações trabalhistas decorrentes das remunerações e dos funcionários celetistas com contratos de prazo indeterminado e determinado, também contempla os encargos previdenciários e legais.

2.11. Partes relacionadas

A CBRu não possui partes relacionadas com as Federações ou Clubes. Seus dirigentes estatutários e conselheiros não são remunerados. A World Rugby é considerada como “Parte Relacionada” desde 2021, devido ao apoio financeiro destinado à CBRu para minimizar o impacto financeiro da pandemia do Covid-19.

2.12. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas e despesas financeiras.

Passivos financeiros mensurados ao valor justo

Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

2.13. Patrimônio Líquido

Representa o superávit ou déficit acumulado pela entidade no decorrer de suas atividades.

Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas de doações, patrocínios e contribuições, conforme determina NBCT 10.19 “Entidades Sem Fins Lucrativos” mediante a emissão de documento hábil quando da efetiva entrada dos recur-

sos. Todas as demais receitas e despesas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento, são registradas pela competência.

No encerramento de cada exercício social, o superávit do exercício é transferido para a rubrica de patrimônio social. Inversamente, nos casos de déficit do exercício, este é compensado pelo patrimônio social.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Aplicações Financeiras	711	2.038
TOTAL =	711	2.038

As aplicações financeiras são lastreadas em títulos de renda fixa e fundos de investimentos, principalmente em títulos privados (Certificado de Depósitos Bancários - “CDB”), emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

4. Recursos de convênios do exercício a apropriar

	2022	2021
LIE Banco do Brasil		
Seleção Nacional Alto Rendimento	4.126	5.547
Campeonato Brasileiro 1º e 2ª Divisão	2.055	1.206
Campeonato Super Sevens	1.028	1.501
Desenvolvimento do Rugby	649	453
Projeto Categorias de Base	17	16
Campeonato Junior World Trophy	1	1
Sub-total =	7.876	8.724

	2022	2021
ICMS e Convênio municipal		
Incentivo Paulista – ICMS	1.441	356
Desenvolvimento CT/SJC	10	-
Sub-total =	1.450	356

	2022	2021
COB Caixa Econômica Federal		
Comitê Olímpico do Brasil	18	455
Sub-total =	18	455

	2022	2023
TOTAL =	9.344	9.535

Os saldos apresentados referem-se aos recursos:

(i) do Ministério do Esporte relativos à Lei de Incentivo ao Esporte mantidos no Banco do Brasil. Os projetos aprovados e executados com recursos desta Lei são acompanhados e avaliados pela mesma entidade do qual o recurso é transferido. Até que seja finalizada a captação do projeto, os recursos ficam bloqueados em contas correntes específicas abertas pelo “ME”.

(ii) da Secretaria Estadual do Lazer e Juventude do Estado de São Paulo (SELJ) que são os patrocínios provenientes de renúncia de ICMS por parte do Estado.

(iii) Do Convênio com o Município de São José dos Campos com o propósito de utilização da academia (cen-

tro de treinamento) na cidade de São José dos Campos.

(iv) Também há recursos relativos ao “COB” mantidos na CEF.

A Administração entende que esses créditos são totalmente realizáveis em virtude do cumprimento das obrigações dos projetos pela CBRu.

5. Outros créditos/Despesas antecipadas

Despesas antecipadas	2022	2021
Caução	69	69
Depósito judicial trabalhista	24	20
Adiantamento fornecedores	5	109
Outros créditos	-	4
TOTAL =	98	202

Outros créditos	2022	2021
Impostos a compensar	16	-
TOTAL =	16	-

6. Estoque

	2022	2021
Estoque em poder de terceiros	245	245
Outros	1	1
Provisão para não realização	(245)	(245)
TOTAL =	1	1

O valor de R\$ 245 refere-se ao acordo de financiamento para entrega futura de 4.564 peças de réplicas de camisas junto ao Grupo Flash Paraguay. Em 2021 foi realizada a provisão para perdas do estoque em poder de terceiros. Ainda não houve deliberação do C.A. quanto as ações a serem tomadas com este fornecedor.

7. Imobilizado e Intangível

O quadro a seguir demonstra a taxa média ponderada anual de depreciação pelo método linear, com base na vida útil econômica dos ativos e seus saldos. Os ativos atrelados aos arrendamentos mercantis passaram a ser reconhecidos como ativos de direito de uso na rubrica do imobilizado, conforme está apresentado abaixo:

A movimentação do imobilizado para o período findo em 31 de dezembro de 2022 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada como segue:

a) Imobilizado

Movimentações	31/12/2021	Adições	Reclassificação	Transferência	Depreciação	31/12/2022
Equipamentos de informática	20	38	-	-	(14)	44
Máquinas e equipamentos	55	-	-	-	(6)	49
Móveis e utensílios	12	2	-	-	(1)	13
Equipamentos esportivos	122	38	-	-	(13)	147
Total	209	78	-	-	(34)	253

Movimentações	31/12/2020	Adições	Reclassificação	Transferência	Depreciação	31/12/2021
Equipamentos de informática	1	25	-	(3)	(3)	20
Máquinas e equipamentos	21	22	18	-	(6)	55
Móveis e utensílios	-	8	-	3	(1)	12
Equipamentos esportivos	-	126	-	-	(4)	122
Total	22	181	18	-	(14)	209

A movimentação do intangível para o período findo em 31 de dezembro de 2022 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada como segue:

b) Intangível

Movimentações	31/12/2021	Adições	Reclassificação	Depreciação	31/12/2022
Contrato de arrendamento	14	-	-	(13)	1
Software*	-	-	-	-	-
Total	14	-	-	(13)	1

Movimentações	31/12/2020	Adições	Reclassificação	Depreciação	31/12/2021
Contrato de arrendamento	56	2	-	(44)	14
Software*	18	-	(18)	-	-
Total	74	2	(18)	(44)	14

8. Fornecedores

As obrigações referentes a aquisições de bens e serviços para manutenção das atividades da confederação em 2022, assim como compromissos e acordos firmados, apresentam-se conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Fornecedores		
Nacionais	405	360
Internacionais	22	30
Sub-total =	427	390

	2022	2021
Outras Contas a Pagar		
Outras contas a pagar	88	584
Sub-total =	88	584

	2022	2021
TOTAL =	515	974

9. Obrigações trabalhistas

	2022	2021
Circulante		
Férias e 13º salário	229	217
Encargos trabalhistas	147	282
Indenizações a Pagar (i)	96	376
Salários e ordenados	63	270
Sub-total =	535	1.145

Não Circulante

Indenizações a Pagar (i)

	2022	2021
Indenizações a Pagar (i)	-	96
Sub-total =	-	96

	2022	2021
TOTAL =	535	1.241

(i) Refere-se ao acordo trabalhista efetuado em abril de 2021, o prazo previsto para liquidação do processo é em março de 2023.

10. Obrigações tributárias

	2022	2021
ISS Retido	32	9
CSRF Retido PJ	16	6
INSS Retido	12	13
IRRF Retido	9	27
IRRF Retido PJ	5	4
TOTAL =	74	59

Referem-se a impostos a serem quitados em janeiro de 2023 relativos a despesas com torneios nacionais e Copa Cultura Inglesa (ambulância, limpeza de terreno e remoção, serviços médicos, entre outros).

11. Partes relacionadas

	2022	2021
World Rugby	1.255	1.442
TOTAL =	1.255	1.442

A World Rugby destinou à CBRu 200 mil libras a título de apoio financeiro devido ao cenário de pandemia do COVID-19, 50% deste valor (100 mil libras) foi recebido em 2020, e 50% restante foi recebido em 2021. Tal apoio será quitado ou deduzido do grant a receber a partir de 2024, corrigido em 1% a.a. + LIBOR.

12. Recursos de convênios a aplicar

A Confederação Brasileira de Rugby possuía em 31 de dezembro de 2022 e 2021 recursos registrados como adiantamentos de projetos nacionais e sul-americanos, relativos a eventos que ainda serão realizados:

Descrição	Projetos	2022	2021
Lei de incentivo ao esporte	Seleção Nacional	4.126	5.547
Lei de incentivo ao esporte	Campeonato Brasileiro 1º e 2ª Divisão masculino	2.055	865
Lei de incentivo ao esporte	ICMS	1.441	355
Lei de incentivo ao esporte	Super Sevens Feminino	1.028	1.167
Lei de incentivo ao esporte	Desenvolvimento Rugby	649	454
Comitê Olímpico Brasileiro	Seleções/manutenções	18	454
Lei de incentivo ao esporte	Categorias de Base	17	692
Lei de incentivo ao esporte	Desenvolvimento CT/SJC	9	-
Lei de incentivo ao esporte	Campeonato Mundial Jr.	1	1
TOTAL =		9.344	9.535

Em 2022, a CBRu permaneceu com R\$ 9.344, (R\$ 9.535 em 2021) em incentivos do Ministério do Esporte, secretarias municipais, convênios e do "COB" com objetivo de implantar projetos esportivos. Os recursos quando disponíveis são utilizados para aprimoramento e treinamento das seleções brasileiras em atividades nacionais e internacionais, por meio da qualificação de comissões técnicas, do aperfeiçoamento das condições de alimentação e logística, e para a realização de intercâmbio internacional, bem como a realização de competições internacionais no Brasil.

13. Provisão para contingências

A administração da CBRu considerou adequado o contingenciamento conforme abaixo:

	2022	2021
Processos Trabalhistas	38	38
TOTAL =	38	38

Todos os contingenciamentos estão sendo acompanhados e analisados pela Alta Gestão e Departamento Jurídico. Estão em fase de acompanhamento, tramitação, negociação/acordo com partes concernentes, pois este refere-se a somente 1 (um) Processo Trabalhista.

14. Receitas antecipadas a realizar

A "CBRu" recebeu o montante abaixo à título de adiantamento da World Rugby.

	2022	2021
World Rugby	121	278
TOTAL =	121	278

Referem-se a adiantamentos de valores para apoio, onde parte deles, já foram consumidos em 2022: apoio a seleção feminina para os Jogos Olímpicos de 2021, saldos da antecipação de passagem aérea referente ao Circuito Mundial WSWS (período de 2019/2020), e viagem a Espanha da seleção feminina em janeiro de 2022.

15. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio total da Entidade, acrescido dos superávits ou reduzido pelos déficits, que são apurados anualmente desde a data de sua constituição. Os superávits serão sempre revertidos para o desenvolvimento dos objetivos sociais da CBRu.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do déficit era de R\$ 1.458 (em 31 de dezembro de 2021, era de R\$ 1.568).

16. Receita Líquida

	2022	2021
COB Atividade Fim (a)	4.531	2.918
Entidades Estrangeiras (b)	3.623	5.275
Patrocínios de terceiros (c)	2.215	3.332
LIE Seleção Nacional Alto Rendimento	1.998	1.996
LIE Campeonato Brasileiro de Rugby Masculino e Feminino	1.736	70
LIE Desenvolvimento do Rugby	1.083	-
COB Administração da Entidade, Atividade Meio (a)	888	711
Inscrições Torneios, Cursos e Palestras	183	56
Patrocínio Municipal (d)	175	-
Convênio Municipal (e)	100	-
Direito de imagem	55	-
TOTAL =	16.587	14.358

(a) **“COB”** - quando do recebimento de recursos da entidade é aplicado diretamente nos projetos (desenvolvimento e manutenção da entidade, preparação técnica, participação em eventos etc.) definidos, apresentados e aprovados previamente, sendo que ao final de cada projeto os recursos remanescentes são devolvidos ao COB.

(b) **Entidades Estrangeiras** - referem-se a recursos recebidos da Confederação Sul-Americana de Rugby com sede em Buenos Aires, Argentina e do World Rugby com sede em Dublin, Irlanda para o desenvolvimento e multiplicação de esporte do Brasil.

(c) **Patrocinadores** - Os recursos recebidos de patrocínios e doações referem-se a valores obtidos junto a empresas e pessoas físicas para aplicação e manutenção das atividades da CBRu.

(d) **Patrocínio Municipal** - é o recebimento específico da Prefeitura de Saquarema/RJ para apoio à realização do Campeonato Sulamericano de Sevens Feminino.

(e) **Convênio Municipal** - os recursos recebidos da Prefeitura de São José dos Campos, fornece subsídios para implantação de um núcleo esportivo de alto rendimento. Tal Convênio tem vigência por 12 meses e iniciou em outubro/2022.

17. Custos diretos com eventos e campeonatos

	2022	2021
Despesas com marketing e eventos (i)	(971)	(173)
Despesas com área esportiva (ii)	(14.408)	(11.286)
Despesas com mídia (iii)	(164)	(141)
TOTAL =	(15.543)	(11.600)

(i) Custos com Marketing e Eventos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Outras despesas com eventos	(757)	(61)
Alimentação	(95)	(36)
Serviços de terceiros – PJ	(59)	(47)
Aluguel de campo	(49)	(6)
Divulgação e Merchandising	(9)	(18)
Ambulância	(2)	(5)
TOTAL =	(971)	(169)

As despesas com marketing e eventos referem-se aos gastos para a realização de eventos nacionais, de jogos das seleções brasileiras em território nacional e outros eventos necessários para a divulgação do esporte; e também, custos da área de marketing.

Em 2022 houve os seguintes eventos:

- Amistoso com Brasil e Colômbia (XV Feminino);
- Grassroots to Global: evento com suporte da Childfund Rugby, entidade sem fins lucrativos internacional, realizado em São Paulo para discutir os caminhos de crescimento do Rugby XV Feminino;
- ART – Americas Rugby Trophy: Jogos do XV Masculino com participação de diversas seleções internacionais;
- Sulamericano Feminino de Sevens em Saquarema e;
- Ações de “Rugby Day” - ativações de learning corporativos associadas ao rugby.

Em “Outras despesas com Eventos” são as despesas para realização dos eventos citadas acima, a exceção das que estão detalhadas.

Os serviços com terceiros referem-se as assessorias de marketing e eventos, serviços com elaborações de projetos, serviços com comunicação, entre outros.

(ii) Custos com área esportiva

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Outros gastos esportivos	(3.401)	(334)
Salários e ordenados (a)	(2.315)	(2.388)
Despesas viagens (d)	(2.153)	(1.152)
Serviços contratados (b)	(2.056)	(2.097)
Bolsa auxílio e ajuda de custo (c)	(1.956)	(2.134)
Encargos sociais	(1.088)	(877)
Ocupação e locação (e)	(980)	(1.019)
Alimentação	(211)	(345)
Gastos com manutenção esportiva (f)	(200)	(782)
Gastos médicos	(48)	(158)
TOTAL =	(14.408)	(11.286)

(a) Os gastos com pessoal referem-se aos salários, encargos e benefícios concedidos aos funcionários contratados sob o regime celetista;

(b) Os valores constantes de serviços contratados referem-se a gastos com a contratação de profissionais sem vínculo empregatício, principalmente voltado para área esportiva, incluindo ainda diárias para arbitragem e seus auxiliares, serviços de assessorias e demais custos. Compõe neste também, a gestão de Torneios, Eventos, Arbitragem, entre outros;

(c) Os valores gastos com ajuda de custo para atletas, englobando a bolsa-auxílio, treinamento, ajuda em

viagens nacionais e internacionais;

(d) As despesas com viagens referem-se aos gastos com locomoção aérea das delegações para participação em torneios nacionais e internacionais;

(e) Ocupação e locação: refere-se às locações de residências para atletas, treinadores e Centros de Treinamento;

(f) Gastos com manutenção esportiva referem-se à aquisição de roupas esportivas, suporte para desenvolvimento do rugby, manutenção mecânica, lavanderia, entre outros.

(iii) Custos com mídia

	2022	2021
Propaganda e publicidade	(113)	(66)
Assessoria de imprensa	(46)	(39)
Website	(5)	(3)
Materiais de divulgação	-	(33)
TOTAL =	(164)	(141)

Os gastos com mídia referem-se à aplicação de recursos para divulgação do esporte Rugby a nível nacional, através das mídias eletrônicas, impressas e virtuais, distribuição de manual para o torcedor conhecer as regras, informando a realização de jogos, entre outros diversos tipos de promoção do esporte.

18. Despesas administrativas e gerais

	2022	2021
Serviços especializados e terceiros (i)	(372)	(397)
Gastos com pessoal (ii)	(562)	(719)

Despesas gerais (iii)	(200)	(267)
TOTAL =	(1.134)	(1.384)

As despesas administrativas estão segregadas nos grupos de despesas gerais, de pessoal e serviços técnicos especializados, conforme segue:

(i) Serviços especializados e terceiros

	2022	2021
Serviços contratados	(372)	(397)
TOTAL =	(372)	(397)

Serviços contratados para manutenção das atividades como, contabilidade, assessoria em marketing, consultoria financeira, advogados, auditoria e assessorias.

(ii) Gastos com pessoal

	2022	2021
Salário com pessoal administrativo	(484)	(373)
Outras despesas	(57)	3
PIS Sobre Folha	(21)	(5)
Provisão de férias e 13º salário	-	(339)
Benefícios	-	(6)
TOTAL =	(562)	(719)

Os gastos com pessoal administrativo referem-se a salários, benefícios e encargos sociais.

(iii) Despesas gerais

	2022	2021
Outras despesas gerais	(131)	(151)
Materiais de Escritório	(30)	(23)
Seguros Patrimoniais	(19)	(25)
Ocupação e locação	(13)	(41)
Transporte e Entregas	(1)	(26)
Comunicação	(6)	(2)
TOTAL =	(200)	(266)

19. Outras receitas/ despesas

	2022	2021
Reversão de Despesas	-	96
Outras receitas e despesas	-	(234)
TOTAL =	-	(138)

20. Resultado financeiro líquido

	2022	2021
Receitas Financeiras	401	247
Contas livres	71	246
Variação cambial (i)	330	1
Despesas Financeiras	(201)	(113)
Despesas bancárias (ii)	(52)	(66)
Juros passivos	-	(17)
Variação cambial (i)	(149)	(30)
Resultado Líquido	200	134

(i) Valor é decorrente da variação cambial calculada mensalmente sobre os empréstimos adquiridos com partes relacionadas, conforme nota explicativa 11.

(ii) As despesas bancárias referem-se a tarifas bancárias, tarifas de manutenção do cartão de crédito (mastercard), juros sob pagamentos em geral e variação cambial;

21. Cobertura de seguros (não auditado)

As coberturas contratadas pela CBRu no exercício de 2022 e 2021 foram consideradas pela Administração da Entidade suficientes para cobrir eventuais sinistros, para eventos e campeonatos realizados, na locomoção das equipes para participação em torneios e apresentações em amistosos, sejam no Brasil ou no Exterior.

O escopo do trabalho dos nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, que foi determinada pela Administração da Entidade e que a considerou suficiente para cobrir eventuais sinistros.

22. Renúncia fiscal

A CBRu, por se tratar de uma entidade sem fins lucrativos declarada de utilidade pública em âmbito federal, estadual e municipal é imune do imposto de renda e da contribuição social, bem como da Contribuição para o Financiamento Social (COFINS) e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Atualmente a entidade vem recolhendo para o Programa Integração Social (PIS) calculado à alíquota de 1% sobre o montante da Folha de Salários Mensal.

A CBRu, atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 R1 - Entidade sem Finalidade de Lucros em que renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações, considerando que pelas receitas da entidade e organizações.

Impostos	2022	2021
PIS	12	18
COFINS	58	83
IRPJ	457	669
CSLL	173	250
TOTAL =	700	1.020

Devemos destacar ainda que a entidade não é imune de todos os impostos, principalmente no que tange aos vinculados à Previdência Social, em 2022 foi recolhido o valor de R\$ 1.049, (R\$ 847 em 2021) a título de INSS.

23. Trabalho voluntário

	2022	2021
Receita com trabalho voluntário	145	113
Despesa com trabalho voluntário	(145)	(113)
TOTAL =	-	-

O trabalho voluntário é composto por membros integrantes dos órgãos da administração da CBRu, a saber: Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê Gestão & Finanças, Comitê Desenvolvimento, Comitê do Alto Rendimento, Comitê Captação e MKT, Comitê Antidoping, Comissão de Nomeação e Comissão de Atletas. Além destes, eventuais voluntários em Eventos no decorrer do ano.

O seu trabalho fora reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, conforme previsão na Resolução CFC nº 1.409/2012.

24. Gerenciamento de riscos

A CBRu mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos, onde, os resultados obtidos quando provenientes das contas de livre movimentação são apropriados no resultado e as rendas provenientes das contas bloqueadas são vertidas para o projeto no passivo, sendo as premissas adotadas consistentes com as expectativas da Administração.

A entidade não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento de instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existem riscos significativos de perdas associados a esses instrumentos,

já que não possuem caráter especulativo.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

25. Gestão Operacional

Em 2022, a gestão reafirma seu forte compromisso em manter o equilíbrio financeiro da entidade e a gestão cuidadosa de fluxo de caixa. Apesar do impacto negativo do câmbio nas receitas atreladas à libra e ao dólar, o saldo em caixa em 31 de dezembro de 2022 inicialmente previsto em orçamento de R\$137 aumenta e se efetiva em R\$701 por conta de diversas receitas incorporadas e savings orçamentários acumulados ao longo do ano.

A CBRu inicia o ano com um valor de R\$ 949 de dispêndios de exercícios anteriores a pagar, e consegue finalizar 2022 com apenas R\$ 155, conseguindo reduzir drasticamente as dívidas do passado conforme o previsto no orçamento inicial.

O compromisso do fortalecimento da área de comercial (captação de recursos) se traduz na aquisição de 11 novos parceiros comerciais, incluindo grandes empresas como Vale, Gerdau e Suzano; e no aumento de contratos comerciais de verba livre como CVC Capital Partners. Outro grande empenho da gestão com o equilíbrio financeiro foi a realização de grandes eventos apenas quando superavitários, o que se cumpre com a execução de 100% dos eventos com breakeven financeiro e a incorporação de R\$452 em lucros extraorçamentários provenientes de eventos.

Se mantém o compromisso com a evolução eficiente do sistema do Alto Rendimento, que tem seu time de comissão técnica reforçado com recursos humanos com alto potencial e compromisso de longo prazo com o desenvolvimento do Rugby nacional.

Ainda, o investimento para a base se reforça no ano de 2022, com o fortalecimento da área de Desenvolvimento focada nos pilares de (i) Treinamento & Educação e (ii) Desenvolvimento do Jogo, com aumento de investimento

de 243% versus o ano anterior. Os Torneios Nacionais também se reforçam, com a volta do jogo pós pandemia e crescimento de investimento de 838% versus 2021.

26. Eventos Subsequentes

Em meio ao cenário de incertezas econômicas e políticas no Brasil e no mundo, a gestão financeira da entidade continua sendo um ponto de atenção em 2023.

As receitas orçamentárias de patrocínio em verba livre aumentam 53% em 2023 com grandes conquistas, como a assinatura do contrato com Superbid (patrocinador máster da franquia dos Cobras), aumento do contrato em verba livre com a TIM e aumento de receitas provenientes da CVC Capital Partners.

As receitas orçamentárias provenientes da World Rugby sofrem queda de 30%, tanto pelo impacto da redução do câmbio no último ano, quanto pela redução do apoio recebido para o Alto Rendimento Masculino XV. Vale destacar que o apoio nominal em libras da área de Desenvolvimento aumenta em 2023 em 40%, sendo a CBRu umas das 8 uniões de Rugby no mundo a serem contempladas com recurso para Projeto Piloto do Programa Get into Rugby.

A entidade continua com o compromisso em manter sua operação dentro de seu ponto de equilíbrio financeiro, criando esta cultura como forma de preservação e crescimento da entidade no futuro. A Demonstração Orçamentária prevista para 2023 foi aprovada pelo Conselho de Administração em março de 2023 e as reduções de custos, principalmente na área de Alto Rendimento, resultaram em uma operação mais enxuta e eficiente, mantendo o ritmo de treino e de jogo conforme calendário das seleções.

Ainda, os investimentos destinados ao Desenvolvimento do Rugby de base, no orçamento de 2023 tem um aumento substancial relativo à verba livre que foi 27% maior do que em 2022. Relativo a LIE é mantido o patamar orçamentário de 2022, garantindo assim, o nosso compromisso de construção de uma base sustentável para o Rugby nacional.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
BRASIL RUGBY 2022